

EXCO  
EXCO  
EXCO



*23 de junho de 2023 às 11h00*

*Exclusivamente digital*



## Índice

1.	Mensagem do Conselho de Administração.....	3
2.	Informações sobre a Assembleia Geral.....	4
	a) Data, horário e forma.....	4
	b) Quóruns de instalação e de aprovação.....	4
	c) Documentos à disposição dos acionistas.....	4
	d) Participação na Assembleia .....	4
	e) Documentos de identificação e de representação do acionista.....	5
	f) Orientações sobre representação por procuradores .....	5
	g) Orientações para participação pela Plataforma.....	5
	h) Conflito de interesses .....	7
	i) Canal de Comunicação com o Conselho de Administração.....	7
3.	Proposta da Administração – Assembleia Geral Extraordinária .....	8
	3.1) Criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos. ....	8
	3.2) Eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, até a posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. ....	8
	3.3) Deliberar sobre a independência do candidato para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.....	8
	3.4) Alterar o artigo 5º, do Estatuto Social, para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023.....	9
	3.5) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e nesta Assembleia.....	9
	- Anexo 1 – Edital de Convocação.....	11
	- Anexo 2 – Informações sobre o Candidato indicado para o Conselho de Administração.....	13
	- Anexo 3 – Quadro Comparativo do Estatuto Social .....	16
	- Anexo 4 – Estatuto Social Consolidado.....	45
	- Anexo 5 – Modelos de Procuração.....	56

## 1. Mensagem do Conselho de Administração

São Paulo, junho de 2023.

Prezados acionistas,

Convidamos os Srs. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia **23 de junho de 2023**, às **11h00**, para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia.

A Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, visando a facilitar a participação de todos.

Neste manual, a administração propõe submeter aos Srs. as matérias constantes do edital de convocação, com o objetivo de manter as melhores práticas de governança corporativa na Companhia e, ainda, fornecer as informações necessárias à participação na Assembleia.

Cordialmente,

**Alfredo Egydio Setubal**  
Presidente do Conselho de Administração

---

## 2. Informações sobre a Assembleia Geral

### a) Data, horário e forma

A Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”) da Dexco S.A. (“Companhia”) será realizada no dia **23 de junho de 2023**, às **11h00**, para exame, discussão e deliberação sobre as matérias constantes do Edital de Convocação (Anexo 1).

A Companhia informa que a Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, razão pela qual será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do artigo 75, inciso IV, da Resolução nº 81/2022 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O Edital de Convocação dessa Assembleia será publicado nos dias **02, 03 e 05 de junho de 2023**, no jornal “O Estado de S. Paulo” e no seu website (<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>), sendo que também será disponibilizado nos websites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### b) Quóruns de instalação e de aprovação

A Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representando no mínimo 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, conforme previsto no artigo 125, da Lei das S.A., observado que a instalação da Assembleia com relação às alterações no estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), em primeira convocação, dependerá da presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, de acordo com o artigo 135, da Lei das S.A.

Esclarecemos que, caso não haja quórum suficiente para a instalação em primeira convocação da Assembleia, o edital de segunda convocação será divulgado oportunamente, sendo que o prazo para realização não será inferior a 8 dias e a Assembleia será instalada com a presença de acionistas detentores de qualquer quantidade de ações, nos termos do artigo 124, da Lei das S.A.

Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembleia. Nos termos do artigo 129, da Lei das S.A., as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos conferidos pelas ações com direito a voto, não se computando os votos em branco ou as abstenções.

### c) Documentos à disposição dos acionistas

Para instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia, a Companhia disponibiliza aos acionistas os documentos exigidos pelas normas legais e regulatórias e este manual, que também contempla a proposta da administração para a Assembleia, conforme previsto nas Resoluções CVM nºs 80/2022 e 81/2022 (“Manual”).

Os referidos documentos estão disponíveis na sede da Companhia, bem como nos websites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### d) Participação na Assembleia

A Companhia realizará a Assembleia **de modo exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022, de forma que a participação dos acionistas somente poderá ser realizada via **Plataforma Digital ALFM Easy Voting** (“Plataforma”), a ser disponibilizada pela Companhia para acesso no dia e horário da Assembleia, conforme orientações constantes deste Manual.

Nesta Assembleia, **não** haverá a possibilidade de participação por meio de boletins de voto à distância, considerando que as matérias a serem deliberadas não exigem sua disponibilização, nos termos do artigo 26, §1º, da Resolução CVM nº 81/2022.

## e) Documentos de identificação e de representação do acionista

Para a participação na Assembleia, será necessária a apresentação dos documentos comprobatórios para identificação e representação do acionista abaixo indicados e de extrato de titularidade das ações de emissão da Companhia que comprove a sua qualidade de acionista (“Documentos”), que deverão ser enviados **até às 11h00 do dia 21 de junho de 2023**, em formato PDF, por meio da Plataforma (Link: [https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAqUx1hIBxStEqwZ\\_YF9R4bXM2RndaT1ZB0NuV7sxsHHDhYCvgTjH](https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAqUx1hIBxStEqwZ_YF9R4bXM2RndaT1ZB0NuV7sxsHHDhYCvgTjH) ou por meio do QR Code ao final do item “g”):

- (i) **Pessoas Físicas:** documento de identidade do acionista ou de seu representante legal (neste caso, acompanhado da comprovação de poderes de representação);
- (ii) **Pessoas Jurídicas:** documento de identidade do representante legal e cópia dos documentos comprobatórios dos poderes de representação;
- (iii) **Fundos de Investimento:** documento de identidade do representante legal e cópia dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (e.g.: contrato social ou estatuto social e ata de eleição de diretoria do administrador ou gestor, conforme o caso) e regulamento do fundo de investimento.

A Companhia informa que: (i) os Documentos deverão ser apresentados em via digitalizada dos originais dos Documentos; (ii) os Documentos deverão ser assinados eletrônica ou digitalmente, sendo dispensado o reconhecimento de firma, a consularização e apostilamento de procurações; e (iii) não exigirá tradução juramentada das procurações e dos Documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos Documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas.

## f) Orientações sobre representação por procuradores

O acionista pode ser representado em Assembleia por procurador(a) constituído(a) há menos de 1 (um) ano, observados os requisitos do artigo 126, da Lei das S.A., e da decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM nº RJ2014/3578.

Para auxiliar os acionistas que desejarem participar da Assembleia representados por procuradores, a Companhia disponibiliza modelo de procuração na forma do **Anexo 5 - Modelo “A”**.

Alternativamente, a Companhia disponibiliza 01 (uma) procuradora apta a representar o acionista na Assembleia, a qual votará em estrita consonância com a orientação de voto preenchida na procuração, nos moldes do **Anexo 5 - Modelo “B”**, sendo que tal alternativa não se trata de pedido público de procuração.

Para que as procurações serem consideradas válidas, devem ser devidamente preenchidas, assinadas eletrônica ou digitalmente, e encaminhadas em conjunto com os Documentos informados no item “e” acima.

## g) Orientações para participação pela Plataforma

A participação da Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma.

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia deverão acessar o link de pré-cadastro (Link: [https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAqUx1hIBxStEqwZ\\_YF9R4bXM2RndaT1ZB0NuV7sxsHHDhYCvgTjH](https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAqUx1hIBxStEqwZ_YF9R4bXM2RndaT1ZB0NuV7sxsHHDhYCvgTjH) ou por meio do QR Code ao final deste item), e finalizá-lo impreterivelmente, até às **11h00 do dia 21 de junho de 2023**, preenchendo todas as informações solicitadas, e realizar o upload dos Documentos que comprovem a sua qualidade de acionista, inclusive aqueles indicados no item “e”, acima.

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas, e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até às 18h00 da segunda-feira subsequente.

Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro com pendências até às **11h00 do dia 21 de junho de 2023**.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, em até 24 horas antes do início da Assembleia, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso da Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na Assembleia.

A Companhia ressalta que as informações de acesso para a Assembleia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas, sob pena de responsabilização do acionista.

A tabela abaixo indica os recursos que estarão disponíveis nos seguintes navegadores de internet ao acessar a Plataforma, por meio de computador pessoal:

RECURSO	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+
Vídeo (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo (enviar)	✓	✓	✓	✓
Áudio (receber)	✓	✓	✓	✓
Áudio (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (receber)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (enviar)	✓	✓	✓	✓
Renderizar vários vídeos	✓	✓	X	✓
Plano de fundo virtual	✓	X	X	✓
Vídeo 720p (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo 720p (enviar)	✓	X	X	X
Compartilhar áudio da guia Chrome	✓	X	X	X
Bater Papo	✓	✓	✓	✓
Legendas ocultas	✓	✓	✓	✓
Transcrição ao vivo	✓	✓	✓	✓
Tradução ao vivo	✓	✓	✓	✓
Gravação em nuvem	✓	✓	✓	✓
Chamada (PSTN)	✓	✓	✓	✓
Compartilhar 2ª Câmera	✓	✓	✓	✓
Canal de comando	✓	✓	✓	✓
Transmissão ao vivo RTMP	✓	✓	✓	✓
Criptografia	✓	✓	✓	✓
Criptografia de ponta a ponta (E2EE)	X	X	X	X

**Atenção: Ressaltamos que o uso da Plataforma não é recomendável para tablets e smartphones.**

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na Assembleia.

A Companhia recomenda que o acionista que solicitar sua participação na Assembleia se familiarize previamente com o uso da Plataforma, bem como garanta a compatibilidade de seu dispositivo eletrônico com a Plataforma. Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia solicita que, no dia da Assembleia, o acionista habilitado acesse a Plataforma com 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e a sua efetiva participação.

O acionista que participar por meio da Plataforma poderá se manifestar e exercer seu direito de voto e será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022.

O acionista que tenha solicitado a participação na Assembleia pela Plataforma e não tenha recebido e-mail da Companhia com as orientações de acesso até às 11h00 do dia 22 de junho de 2023 deverá entrar em contato pelo e-mail **assembleia@dex.co** ou pelo telefone **55 11 2050 70 00**.

Caso surjam dúvidas relacionadas estritamente ao acesso ou uso da Plataforma, o acionista poderá obter auxílio técnico pelo e-mail **easyvoting@alfm.adv.br** ou pelo telefone **55 11 2050 07 00**.

**Pré-cadastro disponível via link ou QR Code abaixo**



[\[https://tinyurl.com/DexcoAGE\]](https://tinyurl.com/DexcoAGE)

## **h) Conflito de interesses**

Durante a realização da Assembleia, os acionistas deverão manifestar a existência de eventual situação de conflito de interesses ou interesse particular em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida, bem como observar as regras legais e regulatórias quanto ao exercício do direito de voto nessa situação. Também deverá manifestar-se qualquer acionista que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação.

## **i) Canal de Comunicação com o Conselho de Administração**

Os acionistas podem enviar sugestões, críticas ou dúvidas diretamente ao Conselho de Administração, por meio do e-mail **assembleia@dex.co**, devendo indicar, como assunto do e-mail, o seguinte texto: "Recomendações ao Conselho de Administração para Assembleia Geral".

### 3. Proposta da Administração – Assembleia Geral Extraordinária

#### 3.1) Criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023 (“AGOE de 27.04.2023”), foi aprovada a eleição de 8 (oito) membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, sendo que a administração, acionistas controladores e Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação estavam envidando seus melhores esforços para realizar a substituição de membro independente do Conselho de Administração, que, por impedimento de idade, não foi reconduzido na composição da chapa eleita naquela oportunidade.

Considerando que foi selecionado candidato aderente à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária da Companhia (“Política de Indicação”) e aos critérios de independência do regulamento do segmento de listagem do novo mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado” e “Novo Mercado”, respectivamente) e legislação aplicável, a administração propõe a criação de 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que a chapa do controlador para o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais 3 (três) membros serão considerados conselheiros independentes, nos termos das normas legais, regulatórias e estatutárias aplicáveis.

#### 3.2) Eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, até a posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

A administração propõe a eleição do Sr. Marcos Campos Bicudo, brasileiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.479.730-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 075.620.507-75, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1938, Piso Terraço, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo – CEP: 01310-942, para o cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração da Companhia.

O conselheiro será eleito para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, iniciado em 27 de abril de 2023 e com término na data de posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

As informações sobre o candidato indicado ao Conselho de Administração exigidas pela regulação constam do Anexo 2 (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – Anexo C, da Resolução CVM nº 80/2022, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022).

#### 3.3) Deliberar sobre a independência do candidato para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.

A caracterização de candidato a ocupar cargo no Conselho de Administração como conselheiro independente deve ser deliberada em assembleia, nos termos do artigo 17, do Regulamento do Novo Mercado, e do artigo 7º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/2022. Dessa forma, os acionistas devem votar nesta Assembleia acerca da independência do candidato a ser eleito para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.

A administração informa que o candidato a membro do Conselho de Administração proposto, Sr. Marcos Campos Bicudo, atende aos requisitos de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e no artigo 6º, do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022, tendo o referido candidato declarado que:

- (i) não é acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia;

- (ii) não tem o exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador;
- (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (v) não teve relações comerciais, inclusive de prestação de serviços ou fornecimento de insumos em geral, com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade;
- (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; e
- (viii) não fundou a Companhia e não possui influência significativa sobre ela.

Em 31 de maio de 2023, o Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à independência do candidato a membro do Conselho de Administração, Sr. Marcos Campos Bicudo, com base na autodeclaração de independência por ele assinada e na manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação acerca do atendimento de todos os critérios e requisitos estabelecidos na Política de Indicação da Companhia.

### **3.4) Alterar o artigo 5º, do Estatuto Social, para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023.**

Em 03 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 16.493.000 (dezesesseis milhões e quatrocentas e noventa e três mil) ações ordinárias emitidas pela Companhia, conforme divulgado no fato relevante da mesma data.

A administração propõe, portanto, a alteração do artigo 5º, do Estatuto Social, para refletir o referido cancelamento de ações emitidas pela Companhia. Considerando que se trata de mero ajuste de redação, para refletir evento societário já ocorrido, não são esperados efeitos jurídicos e/ou econômicos relevantes.

O quadro comparativo entre redação atual e a redação sugerida do Estatuto Social, bem como as justificativas das mudanças propostas e seus efeitos, constam do [Anexo 2](#), nos termos do artigo 12, incisos I e II, da Resolução CVM nº 81/2022.

### **3.5) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e nesta Assembleia.**

A última consolidação do Estatuto Social da Companhia foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022.

Desde então, foram aprovadas alterações estatutárias na AGOE de 27.04.2023 e será deliberada a alteração estatutária adicional nesta Assembleia.

A administração propõe, portanto, a aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e a que for aprovada nesta Assembleia.

Assim, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo a alteração estatutária submetida a esta Assembleia e as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023, consta do [Anexo 3](#).

---

## **- Anexo 1 – Edital de Convocação**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas da **DEXCO S.A.** (“Companhia”) são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em **23 de junho de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital** (“Assembleia”), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- 1) Criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”), de forma que o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos;
- 2) Eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, até a posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2024;
- 3) Deliberar sobre a independência do candidato para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração;
- 4) Alterar o artigo 5º, do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023; e
- 5) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e nesta Assembleia.

### Informações gerais:

- 1) Participação da Assembleia: a Companhia realizará a Assembleia de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022, de forma que a participação dos acionistas somente poderá ser realizada via Plataforma Digital ALFM Easy Voting, a ser disponibilizada pela Companhia para acesso no dia e horário da Assembleia, conforme orientações constantes do manual. Na Assembleia, não haverá a possibilidade de participação por meio de boletins de voto à distância, considerando que as matérias a serem deliberadas não exigem sua disponibilização, nos termos do artigo 26, §1º, da Resolução CVM nº 81/2022.
- 2) Legitimação e Representação: os acionistas poderão ser representados em Assembleia por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, observados os requisitos do artigo 126, da Lei 6.404/76, e da decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM nº RJ2014/3578.
- 3) Cadastro na plataforma digital: para participarem da Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o site da plataforma digital (link: <https://tinyurl.com/DexcoAGE>), **até às 11h00 do dia 21 de junho de 2023**. As orientações, o *link*, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h00 do dia 22 de junho de 2023, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até às 11h00 do dia 21 de junho de 2023, conforme instruções detalhadas no manual da Assembleia.
- 4) Documentos à disposição dos acionistas: todos os documentos e informações necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

São Paulo (SP), 01 de junho de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
**Alfredo Egydio Setubal**  
Presidente do Conselho de Administração

## - Anexo 2 -

### **Informações sobre o Candidato Indicado para o Conselho de Administração**

(Item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – Anexo C, da Resolução CVM nº 80/2022, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022)

As informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência (Anexo C, da Resolução CVM nº 80/2022) referentes ao candidato ao Conselho de Administração da Companhia cuja eleição é proposta pela administração da Companhia são indicadas a seguir, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022:

<b>MARCOS CAMPOS BICUDO</b>		
CPF	075.620.507-75	
Data de Nascimento	28.11.1962	
Profissão	Administrador de Empresas	
Eleito pelo Controlador	Sim	
Membro independente	Sim	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. Condenação criminal;	
	ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; e	
	iii. Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	
<b>Conselho de Administração</b>	Cargo eletivo ocupado	Membro Independente Efetivo
	Data de eleição	23.06.2023
	Data da posse	23.06.2023
	Prazo de mandato	Anual
	Data de início do primeiro mandato	23.06.2023
<b>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos</b>		
Emissora, Companhia ou Dexco:	Não aplicável.	
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:	Não aplicável.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	<p><b>Otto Baumgart S.A.:</b> Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins.</p> <p><b>Vedacit do Nordeste S.A.:</b> Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas.</p> <p><b>Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (CEBDS):</b> Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Setor de atuação: organização do terceiro setor voltada a questões relacionadas a desenvolvimento sustentável.</p>	

## MARCOS CAMPOS BICUDO

		<p><b>Limppano S.A.:</b> Membro do conselho consultivo desde outubro de 2022. Setor de atuação: Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente.</p> <p><b>Brain4Care:</b> Membro independente do Conselho de Administração desde julho de 2017 e Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2023. Setor de atuação: Atividades de apoio à gestão de saúde.</p> <p><b>Bombril S.A.:</b> Membro do conselho consultivo de dezembro de 2016 a julho de 2022. Setor de atuação: Fabricação de produtos de limpeza e polimento.</p>
<b>Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau do candidato com:</b>	i. Administradores do emissor;	Não há.
	ii. Administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;	
	iii. Controladores diretos ou indiretos do emissor.	
<b>Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, do candidato com:</b>	i. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social;	Não há.
	ii. Controlador direto ou indireto do emissor;	
	iii. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	

## **- Anexo 3 -**

# **Quadro Comparativo do Estatuto Social**

(Artigo 12, da Resolução CVM nº 81/2022)

## QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E</b> <b>EFEITOS JURÍDICOS E</b> <b>ECONÔMICOS</b>
<p align="center"><b>CAPÍTULO I</b></p> <p align="center"><b><u>DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO</u></b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO I</b></p> <p align="center"><b><u>DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO</u></b></p>	
<p>1. <i>Denominação.</i> A Dexco S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações e se rege por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.</p>	<p>1. <i>Denominação.</i> A Dexco S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações e se rege por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.</p>	
<p>1.1. <i>Admissão no Segmento Especial de Listagem.</i> Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.</p>	<p>1.1. <i>Admissão no Segmento Especial de Listagem.</i> Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.</p>	
<p>2. <i>Sede.</i> A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no Brasil ou no exterior, observado este Estatuto Social.</p>	<p>2. <i>Sede.</i> A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no Brasil ou no exterior, observado este Estatuto Social.</p>	
<p>3. <i>Objeto Social.</i> A Companhia tem por objeto <b>(a)</b> a indústria, o comércio, a importação, a exportação, o armazenamento e a distribuição: (i) de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (ii) de produtos químicos, alcoolquímicos, petroquímicos e seus derivados; (iii) de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos naturais e sintéticos, e de outros produtos destinados à construção em geral, bem como de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (iv) de produtos eletroeletrônicos, aquecedores solares e elétricos de água, chuveiros e duchas; <b>(b)</b> o florestamento, o reflorestamento e a extração da respectiva produção, em</p>	<p>3. <i>Objeto Social.</i> A Companhia tem por objeto <b>(a)</b> a indústria, o comércio, a importação, a exportação, o armazenamento e a distribuição: (i) de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (ii) de produtos químicos, alcoolquímicos, petroquímicos e seus derivados; (iii) de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos naturais e sintéticos, e de outros produtos destinados à construção em geral, bem como de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (iv) de produtos eletroeletrônicos, aquecedores solares e elétricos de água, chuveiros e duchas; <b>(b)</b> o florestamento, o reflorestamento e a extração da respectiva produção, em</p>	

<p><b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b></p>
<p>terras próprias ou de terceiros, para suprimento de suas necessidades industriais; <b>(c)</b> a geração e a comercialização de energia; <b>(d)</b> serviços técnicos e administrativos ligados ao objeto social da Companhia; e <b>(e)</b> a participação da Companhia em outras empresas, como quotista ou acionista.</p>	<p>terras próprias ou de terceiros, para suprimento de suas necessidades industriais; <b>(c)</b> a geração e a comercialização de energia; <b>(d)</b> serviços técnicos e administrativos ligados ao objeto social da Companhia; e <b>(e)</b> a participação da Companhia em outras empresas, como quotista ou acionista.</p>	
<p><b>4. Prazo de Duração da Companhia.</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	<p><b>4. Prazo de Duração da Companhia.</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	
<p><b>CAPÍTULO II</b> <b><u>CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS</u></b></p>	<p><b>CAPÍTULO II</b> <b><u>CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS</u></b></p>	
<p><b>5. Capital Social.</b> O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.370.188.626,80 (três bilhões, trezentos e setenta milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), dividido em <del>837.059.246 (oitocentos e trinta e sete milhões, cinquenta e nove mil, duzentas e quarenta e seis)</del> <b>820.566.246 (oitocentos e vinte milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, duzentas e quarenta e seis)</b> ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A cada ação ordinária da Companhia corresponderá 1 (um) voto na Assembleia Geral.</p>	<p><b>5. Capital Social.</b> O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.370.188.626,80 (três bilhões, trezentos e setenta milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), dividido em 820.566.246 (oitocentos e vinte milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A cada ação ordinária da Companhia corresponderá 1 (um) voto na Assembleia Geral.</p>	<p>Alteração do número de ações emitidas pela Companhia, em razão do cancelamento de 16.493.000 (dezesesseis milhões e quatrocentas e noventa e três mil) ações ordinárias aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023, conforme divulgado em aviso de fato relevante na mesma data.</p>
<p><b>5.1. Capital Autorizado.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o capital atinja o limite de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações ordinárias, sem necessidade de reforma estatutária, observado que, dentro do limite do capital autorizado, caberá ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações, estabelecendo se a sua subscrição será pública ou particular.</p>	<p><b>5.1. Capital Autorizado.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o capital atinja o limite de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações ordinárias, sem necessidade de reforma estatutária, observado que, dentro do limite do capital autorizado, caberá ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações, estabelecendo se a sua subscrição será pública ou particular.</p>	
<p><b>5.1.1.</b> Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá: (a) emitir debêntures conversíveis em ações; (b) emitir bônus de subscrição; e (c)</p>	<p><b>5.1.1.</b> Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá: (a) emitir debêntures conversíveis em ações; (b) emitir bônus de subscrição; e (c)</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades ou entidades que sejam ligadas à Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.	outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades ou entidades que sejam ligadas à Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.	
<b>6. Ações Escriturais.</b> Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, junto à instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários indicada pelo Conselho de Administração. Os custos de transferência da propriedade das ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista da Companhia pela instituição depositária, nos termos da legislação aplicável e do respectivo contrato de custódia.	<b>6. Ações Escriturais.</b> Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, junto à instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários indicada pelo Conselho de Administração. Os custos de transferência da propriedade das ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista da Companhia pela instituição depositária, nos termos da legislação aplicável e do respectivo contrato de custódia.	
<b>7. Emissões de Valores Mobiliários e Direito de Preferência.</b> A critério do Conselho de Administração, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, as emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia que sejam destinados à subscrição pública ou particular, poderão ser realizadas sem direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício, nos termos indicados no Artigo 8 abaixo.	<b>7. Emissões de Valores Mobiliários e Direito de Preferência.</b> A critério do Conselho de Administração, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, as emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia que sejam destinados à subscrição pública ou particular, poderão ser realizadas sem direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício, nos termos indicados no Artigo 8 abaixo.	
<b>7.1. Não Exercício do Direito de Preferência.</b> Caso os acionistas não exerçam seu direito de preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia, de forma expressa ou tácita, o Conselho de Administração poderá oferecer a terceiros os valores mobiliários não subscritos.	<b>7.1. Não Exercício do Direito de Preferência.</b> Caso os acionistas não exerçam seu direito de preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia, de forma expressa ou tácita, o Conselho de Administração poderá oferecer a terceiros os valores mobiliários não subscritos.	
<b>8. Redução ou Exclusão do Prazo de Exercício do Direito de Preferência.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de	<b>8. Redução ou Exclusão do Prazo de Exercício do Direito de Preferência.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de	

<p><b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b></p>
<p>dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), poderá ser excluído ou reduzido o prazo dado ao acionista da Companhia para exercício do seu direito de preferência relativo a emissões, pela Companhia, de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, desde que tal colocação seja feita mediante <b>(i)</b> venda em bolsa de valores ou por subscrição pública; ou <b>(ii)</b> permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, dentro do limite do capital autorizado.</p>	<p>dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), poderá ser excluído ou reduzido o prazo dado ao acionista da Companhia para exercício do seu direito de preferência relativo a emissões, pela Companhia, de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, desde que tal colocação seja feita mediante <b>(i)</b> venda em bolsa de valores ou por subscrição pública; ou <b>(ii)</b> permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, dentro do limite do capital autorizado.</p>	
<p><b>CAPÍTULO III</b> <b>ASSEMBLEIA GERAL</b></p>	<p><b>CAPÍTULO III</b> <b>ASSEMBLEIA GERAL</b></p>	
<p><b>9. Convocação das Assembleias Gerais.</b> As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração, ou, na ausência deles, pela decisão da maioria dos membros do Conselho de Administração, ou ainda, nos termos e nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação em vigor.</p>	<p><b>9. Convocação das Assembleias Gerais.</b> As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração, ou, na ausência deles, pela decisão da maioria dos membros do Conselho de Administração, ou ainda, nos termos e nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação em vigor.</p>	
<p><b>9.1. Participação nas Assembleias Gerais.</b> O anúncio de convocação deverá informar os documentos de representação exigidos para a participação dos acionistas em qualquer Assembleia Geral, assim como os respectivos prazos e procedimentos a serem observados pelos acionistas para sua participação.</p>	<p><b>9.1. Participação nas Assembleias Gerais.</b> O anúncio de convocação deverá informar os documentos de representação exigidos para a participação dos acionistas em qualquer Assembleia Geral, assim como os respectivos prazos e procedimentos a serem observados pelos acionistas para sua participação.</p>	
<p><b>9.2. Mesa.</b> As Assembleias Gerais serão presididas <b>(i)</b> pelo Presidente do Conselho de Administração; ou <b>(ii)</b> na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração; ou <b>(iii)</b> na ausência deles, por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria; ou <b>(iv)</b> na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes</p>	<p><b>9.2. Mesa.</b> As Assembleias Gerais serão presididas <b>(i)</b> pelo Presidente do Conselho de Administração; ou <b>(ii)</b> na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração; ou <b>(iii)</b> na ausência deles, por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria; ou <b>(iv)</b> na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
à Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavrar a ata da Assembleia Geral.	à Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavrar a ata da Assembleia Geral.	
<b>10. Competência da Assembleia Geral.</b> Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na legislação aplicável:	<b>10. Competência da Assembleia Geral.</b> Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na legislação aplicável:	
<b>(i)</b> fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;	<b>(i)</b> fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;	
<b>(ii)</b> atribuir bonificações em ações no que exceder o capital autorizado e decidir sobre eventuais grupamentos ou desdobramentos de ações;	<b>(ii)</b> atribuir bonificações em ações no que exceder o capital autorizado e decidir sobre eventuais grupamentos ou desdobramentos de ações;	
<b>(iii)</b> deliberar sobre Planos para Outorga de Opções de Ações e Planos de Outorga de Ações de emissão da Companhia;	<b>(iii)</b> deliberar sobre Planos para Outorga de Opções de Ações e Planos de Outorga de Ações de emissão da Companhia;	
<b>(iv)</b> deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a saída do segmento de listagem Novo Mercado da B3 (" <u>Novo Mercado</u> ");	<b>(iv)</b> deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a saída do segmento de listagem Novo Mercado da B3 (" <u>Novo Mercado</u> ");	
<b>(v)</b> aprovar operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, transformação ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Companhia, bem como dissolução e liquidação, e eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;	<b>(v)</b> aprovar operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, transformação ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Companhia, bem como dissolução e liquidação, e eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;	
<b>(vi)</b> deliberar sobre operações de resgate e amortização de ações da Companhia;	<b>(vi)</b> deliberar sobre operações de resgate e amortização de ações da Companhia;	
<b>(vii)</b> deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis;	<b>(vii)</b> deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis;	
<b>(viii)</b> autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e	<b>(viii)</b> autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e	
<b>(ix)</b> deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia	<b>(ix)</b> deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
constantes do último balanço aprovado.	constantes do último balanço aprovado.	
<b>10.1.</b> Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.	<b>10.1.</b> Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.	
<b>CAPÍTULO IV</b> <b>ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>CAPÍTULO IV</b> <b>ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	
<b>11. Administração da Companhia.</b> A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.	<b>11. Administração da Companhia.</b> A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.	
<b>11.1. Investidura.</b> Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 29, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.	<b>11.1. Investidura.</b> Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 29, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.	
<b>11.2. Permanência nos Cargos.</b> Os conselheiros e diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.	<b>11.2. Permanência nos Cargos.</b> Os conselheiros e diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.	
<b>11.3. Remuneração e Participação nos Lucros dos Administradores.</b> Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria perceberão remuneração e poderão perceber participação nos lucros, observados os limites legais.	<b>11.3. Remuneração e Participação nos Lucros dos Administradores.</b> Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria perceberão remuneração e poderão perceber participação nos lucros, observados os limites legais.	
<b>11.4. Vedação à Acumulação de Cargos.</b> Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	<b>11.4. Vedação à Acumulação de Cargos.</b> Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	<b>Composição do Conselho de Administração</b>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<p><b>12. Composição.</b> O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) conselheiros titulares e por conselheiros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, havendo 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes e os demais Conselheiros, sem cargo ou designação específica. Na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a eleição de membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão também deliberar sobre o número efetivo de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para aquele exercício, observado que ao eleger cada um dos suplentes, a Assembleia Geral deverá indicar a quais conselheiros titulares sua suplência estará vinculada.</p>	<p><b>12. Composição.</b> O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) conselheiros titulares e por conselheiros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, havendo 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes e os demais Conselheiros, sem cargo ou designação específica. Na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a eleição de membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão também deliberar sobre o número efetivo de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para aquele exercício, observado que ao eleger cada um dos suplentes, a Assembleia Geral deverá indicar a quais conselheiros titulares sua suplência estará vinculada.</p>	
<p><b>12.1. Conselheiros Independentes.</b> O Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros que não sejam diretores da Companhia, tendo, no mínimo, 1/3 (um terço) de independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável ("Conselheiros Independentes"). Nos termos de tal regulamento, na hipótese de haver acionista controlador, também serão considerados Conselheiros Independentes os membros eleitos mediante a faculdade prevista no art. 141, §4º e §5º, da Lei das S.A. A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente deliberada na Assembleia Geral que o eleger.</p>	<p><b>12.1. Conselheiros Independentes.</b> O Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros que não sejam diretores da Companhia, tendo, no mínimo, 1/3 (um terço) de independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável ("Conselheiros Independentes"). Nos termos de tal regulamento, na hipótese de haver acionista controlador, também serão considerados Conselheiros Independentes os membros eleitos mediante a faculdade prevista no art. 141, §4º e §5º, da Lei das S.A. A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente deliberada na Assembleia Geral que o eleger.</p>	
<p><b>12.2. Prazo do Mandato dos Conselheiros.</b> Os conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições. Para os fins deste artigo, considera-se como prazo de 1 (um) ano aquele compreendido entre a realização de 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas da Companhia.</p>	<p><b>12.2. Prazo do Mandato dos Conselheiros.</b> Os conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições. Para os fins deste artigo, considera-se como prazo de 1 (um) ano aquele compreendido entre a realização de 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas da Companhia.</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<b>13. Exigências para ser Conselheiro.</b> Tanto para o conselheiro titular como para o suplente, a indicação para integrar o Conselho de Administração deverá recair sobre pessoas <b>(i)</b> que não tenham completado 70 (setenta) anos na data de sua eleição para integrar o Conselho de Administração (o conselheiro que completar 70 (setenta) anos durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e <b>(ii)</b> de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função de conselheiro.	<b>13. Exigências para ser Conselheiro.</b> Tanto para o conselheiro titular como para o suplente, a indicação para integrar o Conselho de Administração deverá recair sobre pessoas <b>(i)</b> que não tenham completado 70 (setenta) anos na data de sua eleição para integrar o Conselho de Administração (o conselheiro que completar 70 (setenta) anos durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e <b>(ii)</b> de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função de conselheiro.	
<b>13.1. Exceção ao Artigo 13 “i”.</b> A Assembleia Geral, excepcionalmente, poderá eleger outras pessoas para integrar o Conselho de Administração ainda que elas não preencham o requisito mencionado no item “i” do Artigo 13, desde que tais pessoas não tenham completado 75 (setenta e cinco) anos na data de eleição para a função de conselheiro. Caso tais pessoas completem 75 (setenta e cinco) anos durante o termo de seu mandato, elas poderão completá-lo.	<b>13.1. Exceção ao Artigo 13 “i”.</b> A Assembleia Geral, excepcionalmente, poderá eleger outras pessoas para integrar o Conselho de Administração ainda que elas não preencham o requisito mencionado no item “i” do Artigo 13, desde que tais pessoas não tenham completado 75 (setenta e cinco) anos na data de eleição para a função de conselheiro. Caso tais pessoas completem 75 (setenta e cinco) anos durante o termo de seu mandato, elas poderão completá-lo.	
<b>14. Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.</b> Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral, os Conselheiros elegerão o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho de Administração.	<b>14. Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.</b> Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral, os Conselheiros elegerão o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho de Administração.	
<b>14.1. Substituição Temporária ou Definitiva do Presidente no Curso do Mandato.</b> Em caso de ausência ou impedimento temporários, ou mesmo, vacância, falecimento, incapacidade ou impedimento definitivos do Presidente, caberá ao Conselho de Administração escolher entre os conselheiros em exercício aquele que substituirá o Presidente do Conselho de Administração em tais funções até o final do mandato.	<b>14.1. Substituição Temporária ou Definitiva do Presidente no Curso do Mandato.</b> Em caso de ausência ou impedimento temporários, ou mesmo, vacância, falecimento, incapacidade ou impedimento definitivos do Presidente, caberá ao Conselho de Administração escolher entre os conselheiros em exercício aquele que substituirá o Presidente do Conselho de Administração em tais funções até o final do mandato.	
Eventual conselheiro suplente do Presidente do Conselho de	Eventual conselheiro suplente do Presidente do Conselho de	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
Administração não o substituirá na função de Presidente.	Administração não o substituirá na função de Presidente.	
<b>14.2. Suplentes de Conselheiro.</b> Observado o Artigo 14.1, em caso de não comparecimento de conselheiro titular a qualquer reunião do Conselho de Administração, o respectivo suplente, naquela reunião, substituirá o conselheiro faltante. Em caso de falecimento, incapacidade ou impedimento definitivo de qualquer conselheiro titular, o respectivo suplente substituirá tal conselheiro titular nas reuniões do Conselho de Administração até o final do mandato ou até que outra pessoa seja eleita pela Assembleia Geral para o cargo anteriormente ocupado pelo conselheiro titular falecido, incapacitado ou impedido.	<b>14.2. Suplentes de Conselheiro.</b> Observado o Artigo 14.1, em caso de não comparecimento de conselheiro titular a qualquer reunião do Conselho de Administração, o respectivo suplente, naquela reunião, substituirá o conselheiro faltante. Em caso de falecimento, incapacidade ou impedimento definitivo de qualquer conselheiro titular, o respectivo suplente substituirá tal conselheiro titular nas reuniões do Conselho de Administração até o final do mandato ou até que outra pessoa seja eleita pela Assembleia Geral para o cargo anteriormente ocupado pelo conselheiro titular falecido, incapacitado ou impedido.	
<b>Reuniões do Conselho de Administração</b>	<b>Reuniões do Conselho de Administração</b>	
<b>15. Periodicidade das Reuniões do Conselho de Administração.</b> O Conselho de Administração reunir-se-á <b>(i)</b> ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano; e <b>(ii)</b> extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.	<b>15. Periodicidade das Reuniões do Conselho de Administração.</b> O Conselho de Administração reunir-se-á <b>(i)</b> ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano; e <b>(ii)</b> extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.	
<b>15.1. Convocação.</b> As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis de sua realização. Fica dispensada a convocação prévia da reunião, como condição de sua validade, quando todos os membros do Conselho de Administração estiverem presentes à reunião. A convocação deverá vir acompanhada da ordem do dia e de todas as informações e documentos relacionados às deliberações a serem tomadas em tal reunião, observadas as demais disposições de seu regimento interno.	<b>15.1. Convocação.</b> As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis de sua realização. Fica dispensada a convocação prévia da reunião, como condição de sua validade, quando todos os membros do Conselho de Administração estiverem presentes à reunião. A convocação deverá vir acompanhada da ordem do dia e de todas as informações e documentos relacionados às deliberações a serem tomadas em tal reunião, observadas as demais disposições de seu regimento interno.	
<b>15.2. Forma de Realização.</b> Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de	<b>15.2. Forma de Realização.</b> Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	
<b>16. Quórum de Instalação.</b> As reuniões do Conselho de Administração são instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.	<b>16. Quórum de Instalação.</b> As reuniões do Conselho de Administração são instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.	
<b>16.1. Presença dos Suplentes nas Reuniões do Conselho de Administração.</b> Qualquer conselheiro suplente poderá estar presente a qualquer reunião do Conselho de Administração, ainda que todos os conselheiros titulares também estejam presentes a tal reunião. Caso todos os conselheiros titulares estejam presentes a uma reunião do Conselho de Administração, nenhum conselheiro suplente poderá fazer uso da palavra, a menos que haja a concordância da totalidade dos conselheiros titulares (ou dos suplentes em substituição de seus respectivos titulares) presentes à reunião do Conselho de Administração.	<b>16.1. Presença dos Suplentes nas Reuniões do Conselho de Administração.</b> Qualquer conselheiro suplente poderá estar presente a qualquer reunião do Conselho de Administração, ainda que todos os conselheiros titulares também estejam presentes a tal reunião. Caso todos os conselheiros titulares estejam presentes a uma reunião do Conselho de Administração, nenhum conselheiro suplente poderá fazer uso da palavra, a menos que haja a concordância da totalidade dos conselheiros titulares (ou dos suplentes em substituição de seus respectivos titulares) presentes à reunião do Conselho de Administração.	
<b>17. Exercício do Direito de Voto.</b> Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração. As deliberações serão consideradas aprovadas por maioria de votos dos presentes, a menos que de outra forma expressamente previsto neste Estatuto Social. Nas	<b>17. Exercício do Direito de Voto.</b> Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração. As deliberações serão consideradas aprovadas por maioria de votos dos presentes, a menos que de outra forma expressamente previsto neste Estatuto Social. Nas	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
reuniões do Conselho de Administração serão admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto escrito antecipado e o voto proferido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sem prejuízo do disposto no Artigo 15.2, acima.	reuniões do Conselho de Administração serão admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto escrito antecipado e o voto proferido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sem prejuízo do disposto no Artigo 15.2, acima.	
<b>17.1. Conflitos de Interesses.</b> Os Conselheiros não deverão participar de discussões relativas a assuntos nos quais os seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada Conselheiro abster-se de qualquer discussão ou envolvimento em matérias relacionadas ao assunto em que tenha interesse conflitante, devendo retirar-se da sala no momento da deliberação sobre o assunto em questão.	<b>17.1. Conflitos de Interesses.</b> Os Conselheiros não deverão participar de discussões relativas a assuntos nos quais os seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada Conselheiro abster-se de qualquer discussão ou envolvimento em matérias relacionadas ao assunto em que tenha interesse conflitante, devendo retirar-se da sala no momento da deliberação sobre o assunto em questão.	
<b>17.1.1.</b> Até que cesse a situação de conflito de interesses, não poderá haver qualquer intervenção, direta ou indireta, do Conselheiro em questão.	<b>17.1.1.</b> Até que cesse a situação de conflito de interesses, não poderá haver qualquer intervenção, direta ou indireta, do Conselheiro em questão.	
<b>17.1.2.</b> A manifestação do Conselheiro em questão acerca do conflito de interesses e subsequente exclusão das discussões deverão ser registradas em ata.	<b>17.1.2.</b> A manifestação do Conselheiro em questão acerca do conflito de interesses e subsequente exclusão das discussões deverão ser registradas em ata.	
<b>17.1.3.</b> No caso de ausência de manifestação do Conselheiro que tenha conflito de interesses com a Companhia, qualquer outro Conselheiro que possua conhecimento do referido conflito deverá reportá-lo ao Presidente do Conselho de Administração.	<b>17.1.3.</b> No caso de ausência de manifestação do Conselheiro que tenha conflito de interesses com a Companhia, qualquer outro Conselheiro que possua conhecimento do referido conflito deverá reportá-lo ao Presidente do Conselho de Administração.	
<b>Competências do Conselho de Administração</b>	<b>Competências do Conselho de Administração</b>	
<b>18. Competência.</b> Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:	<b>18. Competência.</b> Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:	
<b>(i)</b> fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas	<b>(i)</b> fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
controladas, bem como zelar por sua boa execução;	controladas, bem como zelar por sua boa execução;	
<b>(ii)</b> apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;	<b>(ii)</b> apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;	
<b>(iii)</b> deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ou utilizá-las no âmbito de programa de remuneração de longo prazo;	<b>(iii)</b> deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ou utilizá-las no âmbito de programa de remuneração de longo prazo;	
<b>(iv)</b> deliberar sobre a emissão de (a) debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia real; e (b) debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do Artigo 5.1;	<b>(iv)</b> deliberar sobre a emissão de (a) debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia real; e (b) debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do Artigo 5.1;	
<b>(v)</b> deliberar sobre a aprovação de qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja superior, de forma individual ou agregada, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia;	<b>(v)</b> deliberar sobre a aprovação de qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja superior, de forma individual ou agregada, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia;	
<b>(vi)</b> fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, bem como definir a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas;	<b>(vi)</b> fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, bem como definir a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas;	
<b>(vii)</b> definir e alterar a política de endividamento da Companhia;	<b>(vii)</b> definir e alterar a política de endividamento da Companhia;	
<b>(viii)</b> excluídos os membros que possam ter conflito de interesse, aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e (a) qualquer acionista controlador da Companhia (ou seus cônjuges ou companheiros), (b) os administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da	<b>(viii)</b> excluídos os membros que possam ter conflito de interesse, aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e (a) qualquer acionista controlador da Companhia (ou seus cônjuges ou companheiros), (b) os administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E</b> <b>EFEITOS JURÍDICOS E</b> <b>ECONÔMICOS</b>
Companhia ou de suas controladas, ou (c) as sociedades controladas ou sob controle comum (i) de qualquer dos acionistas controladores da Companhia (ou de seus cônjuges ou companheiros) ou (ii) dos administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da Companhia ou de suas controladas, observados os termos e as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas, deste Estatuto Social e da legislação aplicável;	Companhia ou de suas controladas, ou (c) as sociedades controladas ou sob controle comum (i) de qualquer dos acionistas controladores da Companhia (ou de seus cônjuges ou companheiros) ou (ii) dos administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da Companhia ou de suas controladas, observados os termos e as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas, deste Estatuto Social e da legislação aplicável;	
<b>(ix)</b> deliberar sobre prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a obrigações de terceiros, exceto quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente;	<b>(ix)</b> deliberar sobre prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a obrigações de terceiros, exceto quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente;	
<b>(x)</b> aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Companhia, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho, bem como eleger e destituir seus membros;	<b>(x)</b> aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Companhia, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho, bem como eleger e destituir seus membros;	
<b>(xi)</b> estabelecer as condições para contratação de quaisquer captações públicas de recursos no mercado de capitais e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;	<b>(xi)</b> estabelecer as condições para contratação de quaisquer captações públicas de recursos no mercado de capitais e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;	
<b>(xii)</b> deliberar sobre qualquer alteração material de práticas contábeis da Companhia, com exceção de alterações exigidas pelas leis ou normas aplicáveis;	<b>(xii)</b> deliberar sobre qualquer alteração material de práticas contábeis da Companhia, com exceção de alterações exigidas pelas leis ou normas aplicáveis;	
<b>(xiii)</b> deliberar sobre a alienação, transferência, licença ou oneração, de qualquer forma, de marca, patente ou desenho industrial detido ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente, com exceção de licenças de marcas para qualquer sociedade controlada pela	<b>(xiii)</b> deliberar sobre a alienação, transferência, licença ou oneração, de qualquer forma, de marca, patente ou desenho industrial detido ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente, com exceção de licenças de marcas para qualquer sociedade controlada pela	

<p><b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b></p>
<p>Companhia, hipótese em que se observará o disposto no Artigo 24.1 (viii), abaixo;</p>	<p>Companhia, hipótese em que se observará o disposto no Artigo 24.1 (viii), abaixo;</p>	
<p><b>(xiv)</b> definir e alterar as políticas, regimentos e Código de Conduta da Companhia, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis;</p>	<p><b>(xiv)</b> definir e alterar as políticas, regimentos e Código de Conduta da Companhia, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis;</p>	
<p><b>(xv)</b> manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo <b>(a)</b> a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; <b>(b)</b> os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; <b>(c)</b> a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e <b>(d)</b> outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;</p>	<p><b>(xv)</b> manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo <b>(a)</b> a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; <b>(b)</b> os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; <b>(c)</b> a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e <b>(d)</b> outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;</p>	
<p><b>(xvi)</b> manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem a mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; e</p>	<p><b>(xvi)</b> manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem a mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; e</p>	
<p><b>(xvii)</b> manifestar-se quanto à aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária e ao enquadramento de</p>	<p><b>(xvii)</b> manifestar-se quanto à aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária e ao enquadramento de</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
cada candidato como conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.	cada candidato como conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.	
<b>Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração</b>	<b>Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração</b>	
<b>19.</b> O Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação pelos (i) Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos (“ <u>Comitê de Auditoria</u> ”), (ii) Comitê de Finanças, (iii) Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, (iv) Comitê de Sustentabilidade, (v) Comitê de TI e Inovação Digital e (vi) Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, sem prejuízo da instituição de novos comitês.	<b>19.</b> O Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação pelos (i) Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos (“ <u>Comitê de Auditoria</u> ”), (ii) Comitê de Finanças, (iii) Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, (iv) Comitê de Sustentabilidade, (v) Comitê de TI e Inovação Digital e (vi) Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, sem prejuízo da instituição de novos comitês.	
<b>19.1.</b> Aplicam-se aos membros dos Comitês as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia.	<b>19.1.</b> Aplicam-se aos membros dos Comitês as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia.	
<b>19.2.</b> Cada Comitê terá regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento.	<b>19.2.</b> Cada Comitê terá regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento.	
<b>Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos</b>	<b>Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos</b>	
<b>20.</b> O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter estatutário e permanente, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.	<b>20.</b> O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter estatutário e permanente, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.	
<b>20.1.</b> O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no <i>caput</i> .	<b>20.1.</b> O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no <i>caput</i> .	
<b>20.2.</b> As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.	<b>20.2.</b> As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<b>21. Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias previstas em seu regimento interno e legislação aplicável:</b>	<b>21. Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias previstas em seu regimento interno e legislação aplicável:</b>	
(i) Opinar sobre a contratação e destituição da empresa que presta serviços de auditoria independente;	(i) Opinar sobre a contratação e destituição da empresa que presta serviços de auditoria independente;	
(ii) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;	(ii) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;	
(iii) Acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;	(iii) Acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;	
(iv) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;	(iv) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;	
(v) Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e	(v) Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e	
(vi) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.	(vi) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.	
<b>DIRETORIA</b>	<b>DIRETORIA</b>	
<b>22. Composição da Diretoria.</b> A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 6 (seis) e no máximo 20 (vinte) diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições. A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.	<b>22. Composição da Diretoria.</b> A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 6 (seis) e no máximo 20 (vinte) diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições. A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.	
<b>23. Exigências para ser Diretor.</b> As indicações para a função de diretor da Companhia (incluindo de seu Diretor Presidente) deverão recair sobre pessoas <b>(i)</b> que não tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos na data de sua eleição para a função de diretor (o diretor que completar 65 (sessenta e cinco) anos	<b>23. Exigências para ser Diretor.</b> As indicações para a função de diretor da Companhia (incluindo de seu Diretor Presidente) deverão recair sobre pessoas <b>(i)</b> que não tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos na data de sua eleição para a função de diretor (o diretor que completar 65 (sessenta e cinco) anos	

<p><b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)</p>	<p><b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b></p>
<p>durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e <b>(ii)</b> de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função para a qual serão indicadas.</p>	<p>durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e <b>(ii)</b> de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função para a qual serão indicadas.</p>	
<p><b>23.1. Ausência ou Impedimento Temporário.</b> Em caso de vacância, ausência ou impedimento temporários de qualquer diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, <b>(i)</b> substituí-lo e assumir interinamente tais funções; ou <b>(ii)</b> indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função.</p>	<p><b>23.1. Ausência ou Impedimento Temporário.</b> Em caso de vacância, ausência ou impedimento temporários de qualquer diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, <b>(i)</b> substituí-lo e assumir interinamente tais funções; ou <b>(ii)</b> indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função.</p>	
<p><b>23.2. Falecimento, Incapacidade ou Impedimento Permanente.</b> Na hipótese de falecimento, incapacidade ou impedimento permanente de um diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, <b>(i)</b> substituí-lo e assumir interinamente tais funções; ou <b>(ii)</b> indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função. Deverá ser realizada, assim que possível, reunião do Conselho de Administração para eleição de um diretor substituto efetivo, que completará o mandato do diretor substituído.</p>	<p><b>23.2. Falecimento, Incapacidade ou Impedimento Permanente.</b> Na hipótese de falecimento, incapacidade ou impedimento permanente de um diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, <b>(i)</b> substituí-lo e assumir interinamente tais funções; ou <b>(ii)</b> indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função. Deverá ser realizada, assim que possível, reunião do Conselho de Administração para eleição de um diretor substituto efetivo, que completará o mandato do diretor substituído.</p>	
<p><b>24. Cargos da Diretoria.</b> A composição da Diretoria, compreendendo os cargos de (i) Diretor Presidente, (ii) Diretores Vice-Presidentes e (iii) Diretores, bem como as atribuições dos diretores serão aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração, que designará, dentre eles, aquele que exercerá a função de Diretor de Relações com Investidores.</p>	<p><b>24. Cargos da Diretoria.</b> A composição da Diretoria, compreendendo os cargos de (i) Diretor Presidente, (ii) Diretores Vice-Presidentes e (iii) Diretores, bem como as atribuições dos diretores serão aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração, que designará, dentre eles, aquele que exercerá a função de Diretor de Relações com Investidores.</p>	
<p><b>24.1. Diretor Presidente.</b> Compete ao Diretor Presidente: <b>(i)</b> dirigir, presidir e coordenar as atividades da Companhia, cumprindo e fazendo cumprir a lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; <b>(ii)</b> supervisionar e coordenar as atividades dos demais diretores; <b>(iii)</b> implantar e garantir a execução</p>	<p><b>24.1. Diretor Presidente.</b> Compete ao Diretor Presidente: <b>(i)</b> dirigir, presidir e coordenar as atividades da Companhia, cumprindo e fazendo cumprir a lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; <b>(ii)</b> supervisionar e coordenar as atividades dos demais diretores; <b>(iii)</b> implantar e garantir a execução</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<p>das políticas de comercialização e de marketing para a Companhia; <b>(iv)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão financeira e administrativa e da política de recursos humanos da Companhia, respeitadas as políticas definidas pelo Conselho de Administração; <b>(v)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão florestal; <b>(vi)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão industrial; <b>(vii)</b> respeitado o disposto no Artigo 25, abaixo, aprovar qualquer operação relevante que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja inferior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia; <b>(viii)</b> aprovar, em conjunto com outro diretor da Companhia: (a) a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais em nome da Companhia quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente; b) a licença de marca detida ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente para qualquer sociedade por ela controlada; e <b>(ix)</b> fixar a remuneração de cada um dos demais diretores da Companhia, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, o valor destacado desta remuneração global anual pelo Conselho de Administração em benefício de seus membros e do Diretor Presidente e a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas aprovada pelo Conselho de Administração.</p>	<p>das políticas de comercialização e de marketing para a Companhia; <b>(iv)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão financeira e administrativa e da política de recursos humanos da Companhia, respeitadas as políticas definidas pelo Conselho de Administração; <b>(v)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão florestal; <b>(vi)</b> implantar e garantir a execução das políticas de gestão industrial; <b>(vii)</b> respeitado o disposto no Artigo 25, abaixo, aprovar qualquer operação relevante que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja inferior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia; <b>(viii)</b> aprovar, em conjunto com outro diretor da Companhia: (a) a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais em nome da Companhia quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente; b) a licença de marca detida ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente para qualquer sociedade por ela controlada; e <b>(ix)</b> fixar a remuneração de cada um dos demais diretores da Companhia, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, o valor destacado desta remuneração global anual pelo Conselho de Administração em benefício de seus membros e do Diretor Presidente e a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas aprovada pelo Conselho de Administração.</p>	
<b>24.2. Diretores Vice-Presidentes e demais Diretores. Compete aos</b>	<b>24.2. Diretores Vice-Presidentes e demais Diretores. Compete aos</b>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
Diretores Vice-Presidentes e aos demais Diretores: (i) garantir a execução da estratégia e de todas as atribuições de suas áreas de competência; (ii) as atribuições que lhes sejam conferidas pelas normas da Companhia; e (iii) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.	Diretores Vice-Presidentes e aos demais Diretores: (i) garantir a execução da estratégia e de todas as atribuições de suas áreas de competência; (ii) as atribuições que lhes sejam conferidas pelas normas da Companhia; e (iii) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.	
<p><b>24.3. Diretor de Relações com Investidores.</b> Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de valores mobiliários em que os valores mobiliários de emissão da Companhia forem admitidos à negociação; (ii) as atribuições que lhe sejam previstas pela regulamentação da CVM e/ou B3; (iii) as atribuições que lhe sejam previstas nas normas internas da Companhia; e (iv) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.</p>	<p><b>24.3. Diretor de Relações com Investidores.</b> Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de valores mobiliários em que os valores mobiliários de emissão da Companhia forem admitidos à negociação; (ii) as atribuições que lhe sejam previstas pela regulamentação da CVM e/ou B3; (iii) as atribuições que lhe sejam previstas nas normas internas da Companhia; e (iv) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.</p>	
<p><b>24.4. Deliberações da Diretoria.</b> As deliberações da Diretoria serão tomadas em reuniões convocadas pelo Diretor Presidente, realizadas ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, na forma a ser regulada em seu regimento interno, com a presença da maioria absoluta de seus membros em exercício, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate, aplicando-se o disposto no Artigo 15.2, acima.</p>	<p><b>24.4. Deliberações da Diretoria.</b> As deliberações da Diretoria serão tomadas em reuniões convocadas pelo Diretor Presidente, realizadas ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, na forma a ser regulada em seu regimento interno, com a presença da maioria absoluta de seus membros em exercício, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate, aplicando-se o disposto no Artigo 15.2, acima.</p>	
<p><b>Representação da Companhia</b></p>	<p><b>Representação da Companhia</b></p>	
<p><b>25. Representação da Companhia.</b> A Companhia é representada ativa e passivamente <b>(i)</b> por 2 (dois) diretores em conjunto; <b>(ii)</b> por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou <b>(iii)</b> por 2 (dois) procuradores com poderes específicos. Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral, do Conselho de Administração</p>	<p><b>25. Representação da Companhia.</b> A Companhia é representada ativa e passivamente <b>(i)</b> por 2 (dois) diretores em conjunto; <b>(ii)</b> por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou <b>(iii)</b> por 2 (dois) procuradores com poderes específicos. Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral, do Conselho de Administração</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
ou do Diretor Presidente somente poderão ser praticados quando preenchida tal condição.	ou do Diretor Presidente somente poderão ser praticados quando preenchida tal condição.	
<b>25.1.</b> <i>Exceções para Atos Específicos.</i> Sem prejuízo do disposto no Artigo 25 acima, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, agindo isoladamente: <b>(i)</b> em atos perante os órgãos da administração pública, direta e indireta, federais, estaduais e municipais, inclusive repartições administrativas, autarquias, secretarias e suas delegacias e inspetorias, agências e postos fiscais, empresas públicas de economia mistas, bancos e demais instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas carteiras e departamentos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estradas de ferro, Infraero e empresas de transporte aéreo e empresas de telefonia e comunicações que não impliquem criação de obrigações ou renúncia a direitos; <b>(ii)</b> na quitação por pagamentos feitos à Companhia em cheque a favor desta; <b>(iii)</b> na nomeação de preposto na Justiça, inclusive na Justiça do Trabalho; <b>(iv)</b> na emissão de duplicatas, de endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia e do endosso a instituições financeiras de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, e depósito do produto na conta da Companhia e <b>(v)</b> em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe.	<b>25.1.</b> <i>Exceções para Atos Específicos.</i> Sem prejuízo do disposto no Artigo 25 acima, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, agindo isoladamente: <b>(i)</b> em atos perante os órgãos da administração pública, direta e indireta, federais, estaduais e municipais, inclusive repartições administrativas, autarquias, secretarias e suas delegacias e inspetorias, agências e postos fiscais, empresas públicas de economia mistas, bancos e demais instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas carteiras e departamentos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estradas de ferro, Infraero e empresas de transporte aéreo e empresas de telefonia e comunicações que não impliquem criação de obrigações ou renúncia a direitos; <b>(ii)</b> na quitação por pagamentos feitos à Companhia em cheque a favor desta; <b>(iii)</b> na nomeação de preposto na Justiça, inclusive na Justiça do Trabalho; <b>(iv)</b> na emissão de duplicatas, de endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia e do endosso a instituições financeiras de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, e depósito do produto na conta da Companhia e <b>(v)</b> em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe.	
<b>25.2.</b> <i>Constituição de Procuradores.</i> Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: <b>(i)</b> todas as procações serão outorgadas por 2 (dois) diretores; <b>(ii)</b> as procações deverão estabelecer expressamente os poderes por elas conferidos e se o mandato deve ser exercido em conjunto com 1 (um) diretor ou outro procurador da Companhia, ou isoladamente, nos	<b>25.2.</b> <i>Constituição de Procuradores.</i> Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: <b>(i)</b> todas as procações serão outorgadas por 2 (dois) diretores; <b>(ii)</b> as procações deverão estabelecer expressamente os poderes por elas conferidos e se o mandato deve ser exercido em conjunto com 1 (um) diretor ou outro procurador da Companhia, ou isoladamente, nos	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
casos previstos no Artigo 25.1 acima; <b>(iii)</b> para os atos que dependam de prévia autorização da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou do Diretor Presidente, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; e <b>(iv)</b> não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, ressalvado no que se refere às procurações outorgadas a advogados, com finalidade “ad judícia” ou para a defesa em procedimentos administrativos, que poderão ter prazo indeterminado de duração.	casos previstos no Artigo 25.1 acima; <b>(iii)</b> para os atos que dependam de prévia autorização da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou do Diretor Presidente, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; e <b>(iv)</b> não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, ressalvado no que se refere às procurações outorgadas a advogados, com finalidade “ad judícia” ou para a defesa em procedimentos administrativos, que poderão ter prazo indeterminado de duração.	
<b>25.3.</b> A assinatura de documentos em nome da Companhia poderá ocorrer de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	<b>25.3.</b> A assinatura de documentos em nome da Companhia poderá ocorrer de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	
<b>CAPÍTULO V</b> <b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>CAPÍTULO V</b> <b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>26. Conselho Fiscal.</b> A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação aplicável.	<b>26. Conselho Fiscal.</b> A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação aplicável.	
<b>26.1. Investidura.</b> Os conselheiros fiscais, efetivos e suplentes, serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 32, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.	<b>26.1. Investidura.</b> Os conselheiros fiscais, efetivos e suplentes, serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 32, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.	
<b>26.2. Mandato.</b> Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se	<b>26.2. Mandato.</b> Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.	realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.	
<b>26.3.</b> Presidência e quóruns: O Conselho Fiscal terá 1 (um) Presidente, escolhido entre os seus pares, e reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.	<b>26.3.</b> Presidência e quóruns: O Conselho Fiscal terá 1 (um) Presidente, escolhido entre os seus pares, e reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.	
<b>26.4.</b> Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da ICP-Brasil, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	<b>26.4.</b> Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da ICP-Brasil, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.	
<b>26.5.</b> Remuneração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.	<b>26.5.</b> Remuneração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.	
<b>CAPÍTULO VI</b> <b><u>EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS</u></b>	<b>CAPÍTULO VI</b> <b><u>EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS</u></b>	
<b>27. Exercício Social.</b> O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.	<b>27. Exercício Social.</b> O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<p><b>28. Destinação do Lucro Líquido.</b> Juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos Artigos 186 e 191 a 199 da Lei das S.A. e as disposições seguintes:</p>	<p><b>28. Destinação do Lucro Líquido.</b> Juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos Artigos 186 e 191 a 199 da Lei das S.A. e as disposições seguintes:</p>	
<p><b>(a)</b> antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;</p>	<p><b>(a)</b> antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;</p>	
<p><b>(b)</b> será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no Artigo 29; e</p>	<p><b>(b)</b> será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no Artigo 29; e</p>	
<p><b>(c)</b> saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas de que trata o Artigo 30, "ad referendum" da Assembleia Geral.</p>	<p><b>(c)</b> saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas de que trata o Artigo 30, "ad referendum" da Assembleia Geral.</p>	
<p><b>29. Dividendo Obrigatório.</b> Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.</p>	<p><b>29. Dividendo Obrigatório.</b> Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.</p>	
<p><b>29.1. Balanços e Distribuição de Dividendos Intercalares e Intermediários.</b> A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, podendo o Conselho de Administração deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em tais balanços a título de dividendos intercalares. O Conselho de Administração poderá também distribuir dividendos intermediários, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas</p>	<p><b>29.1. Balanços e Distribuição de Dividendos Intercalares e Intermediários.</b> A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, podendo o Conselho de Administração deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em tais balanços a título de dividendos intercalares. O Conselho de Administração poderá também distribuir dividendos intermediários, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
demonstrações financeiras, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou da Reserva para Equalização de Dividendos, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo Artigo 204 da Lei das S.A. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente à conta da Reserva para Equalização de Dividendos será creditada à mesma reserva.	demonstrações financeiras, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou da Reserva para Equalização de Dividendos, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo Artigo 204 da Lei das S.A. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente à conta da Reserva para Equalização de Dividendos será creditada à mesma reserva.	
<b>29.2. Juros sobre Capital Próprio.</b> Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no Artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.	<b>29.2. Juros sobre Capital Próprio.</b> Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no Artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.	
<b>30. Reservas Estatutárias.</b> Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: <b>(i)</b> Reserva para Equalização de Dividendos; <b>(ii)</b> Reserva para Reforço do Capital de Giro; e <b>(iii)</b> Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.	<b>30. Reservas Estatutárias.</b> Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: <b>(i)</b> Reserva para Equalização de Dividendos; <b>(ii)</b> Reserva para Reforço do Capital de Giro; e <b>(iii)</b> Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.	
<b>30.1. Reserva para Equalização de Dividendos.</b> A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:	<b>30.1. Reserva para Equalização de Dividendos.</b> A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:	
<b>(a)</b> equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;	<b>(a)</b> equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;	
<b>(b)</b> equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;	<b>(b)</b> equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;	
<b>(c)</b> equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e	<b>(c)</b> equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b>  (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<b>(d)</b> decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1).	<b>(d)</b> decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1).	
<b>30.2.</b> <i>Reserva para Reforço do Capital de Giro.</i> A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.	<b>30.2.</b> <i>Reserva para Reforço do Capital de Giro.</i> A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.	
<b>30.3.</b> <i>Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.</i> A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.	<b>30.3.</b> <i>Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.</i> A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.	
<b>30.4.</b> <i>Capitalização das Reservas Estatutárias.</i> Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.	<b>30.4.</b> <i>Capitalização das Reservas Estatutárias.</i> Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.	
<b>30.5.</b> <i>Subcontas.</i> As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas.	<b>30.5.</b> <i>Subcontas.</i> As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas.	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<b>CAPÍTULO VII</b> <b><u>ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO</u></b>	<b>CAPÍTULO VII</b> <b><u>ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO</u></b>	
<p><b>31. Oferta Pública e Alienação de Controle.</b> A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.</p>	<p><b>31. Oferta Pública e Alienação de Controle.</b> A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.</p>	
<b>CAPÍTULO VIII</b> <b><u>JUÍZO ARBITRAL</u></b>	<b>CAPÍTULO VIII</b> <b><u>JUÍZO ARBITRAL</u></b>	
<p><b>32. Arbitragem.</b> A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.</p>	<p><b>32. Arbitragem.</b> A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.</p>	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS</b>
<b>32.1.</b> Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de iniciar o procedimento de arbitragem, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.	<b>32.1.</b> Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de iniciar o procedimento de arbitragem, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.	
<b>CAPÍTULO IX</b> <b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>CAPÍTULO IX</b> <b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	
<b>33.</b> <i>Atos Nulos praticados por Conselheiros ou Diretores.</i> É expressamente vedado ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia praticar qualquer ato envolvendo a Companhia que seja estranho ao seu objeto social, sendo tal ato considerado nulo de pleno direito. A prática de tais atos sujeitará ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável.	<b>33.</b> <i>Atos Nulos praticados por Conselheiros ou Diretores.</i> É expressamente vedado ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia praticar qualquer ato envolvendo a Companhia que seja estranho ao seu objeto social, sendo tal ato considerado nulo de pleno direito. A prática de tais atos sujeitará ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável.	
<b>34.</b> <i>Acordo de Acionistas.</i> A Companhia, seus conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores observarão os acordos de acionistas arquivados em sua sede social, sendo que <b>(i)</b> os integrantes da mesa da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, em especial seus presidentes, devem abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos, bem como permitir que, em caso de ausência ou abstenção do acionista vinculado a acordo de acionistas ou de seu representante no Conselho de Administração, o acionista prejudicado por tal conduta, ou seus representantes no Conselho de Administração, possam votar com as ações do acionista ou no lugar do conselheiro ausente ou omissos, conforme o caso; e <b>(ii)</b> é expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder qualquer	<b>34.</b> <i>Acordo de Acionistas.</i> A Companhia, seus conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores observarão os acordos de acionistas arquivados em sua sede social, sendo que <b>(i)</b> os integrantes da mesa da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, em especial seus presidentes, devem abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos, bem como permitir que, em caso de ausência ou abstenção do acionista vinculado a acordo de acionistas ou de seu representante no Conselho de Administração, o acionista prejudicado por tal conduta, ou seus representantes no Conselho de Administração, possam votar com as ações do acionista ou no lugar do conselheiro ausente ou omissos, conforme o caso; e <b>(ii)</b> é expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder qualquer	

<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>REDAÇÃO FINAL</b> <b>ESTATUTO SOCIAL</b> (proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)	<b>JUSTIFICATIVA E</b> <b>EFEITOS JURÍDICOS E</b> <b>ECONÔMICOS</b>
transferência de ações, oneração ou cessão de direito de preferência à subscrição de ações ou de outros valores mobiliários que não respeite o previsto neste Estatuto Social e em acordo de acionistas.	transferência de ações, oneração ou cessão de direito de preferência à subscrição de ações ou de outros valores mobiliários que não respeite o previsto neste Estatuto Social e em acordo de acionistas.	
<b>35. Casos Omissos.</b> Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados pela Lei das S.A, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.	<b>35. Casos Omissos.</b> Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados pela Lei das S.A, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.	

## **- Anexo 4 - Estatuto Social Consolidado**

## ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

(proposta submetida à Assembleia Geral Extraordinária de 23.06.2023)

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

1. *Denominação.* A Dexco S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações e se rege por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

1.1. *Admissão no Segmento Especial de Listagem.* Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

2. *Sede.* A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no Brasil ou no exterior, observado este Estatuto Social.

3. *Objeto Social.* A Companhia tem por objeto **(a)** a indústria, o comércio, a importação, a exportação, o armazenamento e a distribuição: (i) de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (ii) de produtos químicos, alcoolquímicos, petroquímicos e seus derivados; (iii) de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos naturais e sintéticos, e de outros produtos destinados à construção em geral, bem como de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (iv) de produtos eletroeletrônicos, aquecedores solares e elétricos de água, chuveiros e duchas; **(b)** o florestamento, o reflorestamento e a extração da respectiva produção, em terras próprias ou de terceiros, para suprimento de suas necessidades industriais; **(c)** a geração e a comercialização de energia; **(d)** serviços técnicos e administrativos ligados ao objeto social da Companhia; e **(e)** a participação da Companhia em outras empresas, como quotista ou acionista.

4. *Prazo de Duração da Companhia.* O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

### CAPÍTULO II

#### CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

5. *Capital Social.* O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.370.188.626,80 (três bilhões, trezentos e setenta milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), dividido em 820.566.246 (oitocentos e vinte milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A cada ação ordinária da Companhia corresponderá 1 (um) voto na Assembleia Geral.

5.1. *Capital Autorizado.* Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o capital atinja o limite de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações ordinárias, sem necessidade de reforma estatutária, observado que, dentro do limite do capital autorizado, caberá ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações, estabelecendo se a sua subscrição será pública ou particular.

5.1.1. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá: (a) emitir debêntures conversíveis em ações; (b) emitir bônus de subscrição; e (c) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades ou entidades que sejam ligadas à Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

6. *Ações Escriturais.* Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, junto à instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários indicada pelo Conselho de Administração. Os custos de transferência da propriedade das ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista da Companhia pela instituição depositária, nos termos da legislação aplicável e do respectivo contrato de custódia.

7. *Emissões de Valores Mobiliários e Direito de Preferência.* A critério do Conselho de Administração, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, as emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia que sejam destinados à

subscrição pública ou particular, poderão ser realizadas sem direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício, nos termos indicados no Artigo 8 abaixo.

**7.1. Não Exercício do Direito de Preferência.** Caso os acionistas não exerçam seu direito de preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia, de forma expressa ou tácita, o Conselho de Administração poderá oferecer a terceiros os valores mobiliários não subscritos.

**8. Redução ou Exclusão do Prazo de Exercício do Direito de Preferência.** Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), poderá ser excluído ou reduzido o prazo dado ao acionista da Companhia para exercício do seu direito de preferência relativo a emissões, pela Companhia, de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, desde que tal colocação seja feita mediante **(i)** venda em bolsa de valores ou por subscrição pública; ou **(ii)** permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, dentro do limite do capital autorizado.

## CAPÍTULO III

### ASSEMBLEIA GERAL

**9. Convocação das Assembleias Gerais.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração, ou, na ausência deles, pela decisão da maioria dos membros do Conselho de Administração, ou ainda, nos termos e nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação em vigor.

**9.1. Participação nas Assembleias Gerais.** O anúncio de convocação deverá informar os documentos de representação exigidos para a participação dos acionistas em qualquer Assembleia Geral, assim como os respectivos prazos e procedimentos a serem observados pelos acionistas para sua participação.

**9.2. Mesa.** As Assembleias Gerais serão presididas **(i)** pelo Presidente do Conselho de Administração; ou **(ii)** na ausência dele, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração; ou **(iii)** na ausência deles, por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria; ou **(iv)** na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavrar a ata da Assembleia Geral.

**10. Competência da Assembleia Geral.** Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- (i)** fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- (ii)** atribuir bonificações em ações no que exceder o capital autorizado e decidir sobre eventuais grupamentos ou desdobramentos de ações;
- (iii)** deliberar sobre Planos para Outorga de Opções de Ações e Planos de Outorga de Ações de emissão da Companhia;
- (iv)** deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a saída do segmento de listagem Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado");
- (v)** aprovar operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, transformação ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Companhia, bem como dissolução e liquidação, e eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;
- (vi)** deliberar sobre operações de resgate e amortização de ações da Companhia;
- (vii)** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis;
- (viii)** autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e
- (ix)** deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

**10.1.** Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.

## CAPÍTULO IV

### ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**11. Administração da Companhia.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**11.1. Investidura.** Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 29, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.

**11.2. Permanência nos Cargos.** Os conselheiros e diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**11.3. Remuneração e Participação nos Lucros dos Administradores.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria perceberão remuneração e poderão perceber participação nos lucros, observados os limites legais.

**11.4. Vedação à Acumulação de Cargos.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Composição do Conselho de Administração

**12. Composição.** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) conselheiros titulares e por conselheiros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, havendo 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes e os demais Conselheiros, sem cargo ou designação específica. Na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a eleição de membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão também deliberar sobre o número efetivo de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para aquele exercício, observado que ao eleger cada um dos suplentes, a Assembleia Geral deverá indicar a quais conselheiros titulares sua suplência estará vinculada.

**12.1. Conselheiros Independentes.** O Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros que não sejam diretores da Companhia, tendo, no mínimo, 1/3 (um terço) de independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável (“Conselheiros Independentes”). Nos termos de tal regulamento, na hipótese de haver acionista controlador, também serão considerados Conselheiros Independentes os membros eleitos mediante a faculdade prevista no art. 141, §4º e §5º, da Lei das S.A. A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente deliberada na Assembleia Geral que o eleger.

**12.2. Prazo do Mandato dos Conselheiros.** Os conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições. Para os fins deste artigo, considera-se como prazo de 1 (um) ano aquele compreendido entre a realização de 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas da Companhia.

**13. Exigências para ser Conselheiro.** Tanto para o conselheiro titular como para o suplente, a indicação para integrar o Conselho de Administração deverá recair sobre pessoas **(i)** que não tenham completado 70 (setenta) anos na data de sua eleição para integrar o Conselho de Administração (o conselheiro que completar 70 (setenta) anos durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e **(ii)** de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função de conselheiro.

**13.1. Exceção ao Artigo 13 “i”.** A Assembleia Geral, excepcionalmente, poderá eleger outras pessoas para integrar o Conselho de Administração ainda que elas não preencham o requisito mencionado no item “i” do Artigo 13, desde que tais pessoas não tenham completado 75 (setenta e cinco) anos na data de eleição para a função de conselheiro. Caso tais pessoas completem 75 (setenta e cinco) anos durante o termo de seu mandato, elas poderão completá-lo.

**14. Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.** Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral, os Conselheiros elegerão o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho de Administração.

**14.1. Substituição Temporária ou Definitiva do Presidente no Curso do Mandato.** Em caso de ausência ou impedimento temporários, ou mesmo, vacância, falecimento, incapacidade ou impedimento definitivos do Presidente, caberá ao Conselho de Administração escolher entre os conselheiros em exercício aquele que substituirá o Presidente do Conselho de Administração em tais funções até o final do mandato.

Eventual conselheiro suplente do Presidente do Conselho de Administração não o substituirá na função de Presidente.

**14.2. Suplentes de Conselheiro.** Observado o Artigo 14.1, em caso de não comparecimento de conselheiro titular a qualquer reunião do Conselho de Administração, o respectivo suplente, naquela reunião, substituirá o conselheiro faltante. Em caso de falecimento, incapacidade ou impedimento definitivo de qualquer conselheiro titular, o respectivo suplente substituirá tal conselheiro titular nas reuniões do Conselho de Administração até o final do mandato ou até que outra pessoa seja eleita pela Assembleia Geral para o cargo anteriormente ocupado pelo conselheiro titular falecido, incapacitado ou impedido.

### **Reuniões do Conselho de Administração**

**15. Periodicidade das Reuniões do Conselho de Administração.** O Conselho de Administração reunir-se-á **(i)** ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano; e **(ii)** extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

**15.1. Convocação.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis de sua realização. Fica dispensada a convocação prévia da reunião, como condição de sua validade, quando todos os membros do Conselho de Administração estiverem presentes à reunião. A convocação deverá vir acompanhada da ordem do dia e de todas as informações e documentos relacionados às deliberações a serem tomadas em tal reunião, observadas as demais disposições de seu regimento interno.

**15.2. Forma de Realização.** Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

**16. Quórum de Instalação.** As reuniões do Conselho de Administração são instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.

**16.1. Presença dos Suplentes nas Reuniões do Conselho de Administração.** Qualquer conselheiro suplente poderá estar presente a qualquer reunião do Conselho de Administração, ainda que todos os conselheiros titulares também estejam presentes a tal reunião. Caso todos os conselheiros titulares estejam presentes a uma reunião do Conselho de Administração, nenhum conselheiro suplente poderá fazer uso da palavra, a menos que haja a concordância da totalidade dos conselheiros titulares (ou dos suplentes em substituição de seus respectivos titulares) presentes à reunião do Conselho de Administração.

**17. Exercício do Direito de Voto.** Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração. As deliberações serão consideradas aprovadas por maioria de votos dos presentes, a menos que de outra forma expressamente previsto neste Estatuto Social. Nas reuniões do Conselho de Administração serão admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto escrito antecipado e o voto proferido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sem prejuízo do disposto no Artigo 15.2, acima.

**17.1. Conflitos de Interesses.** Os Conselheiros não deverão participar de discussões relativas a assuntos nos quais os seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada Conselheiro abster-se de qualquer discussão ou envolvimento em matérias relacionadas ao assunto em que tenha interesse conflitante, devendo retirar-se da sala no momento da deliberação sobre o assunto em questão.

**17.1.1.** Até que cesse a situação de conflito de interesses, não poderá haver qualquer intervenção, direta ou indireta, do Conselheiro em questão.

**17.1.2.** A manifestação do Conselheiro em questão acerca do conflito de interesses e subsequente exclusão das discussões deverão ser registradas em ata.

**17.1.3.** No caso de ausência de manifestação do Conselheiro que tenha conflito de interesses com a Companhia, qualquer outro Conselheiro que possua conhecimento do referido conflito deverá reportá-lo ao Presidente do Conselho de Administração.

### **Competências do Conselho de Administração**

**18. Competência.** Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, bem como zelar por sua boa execução;
- (ii) apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;
- (iii) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ou utilizá-las no âmbito de programa de remuneração de longo prazo;
- (iv) deliberar sobre a emissão de (a) debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia real; e (b) debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do Artigo 5.1;
- (v) deliberar sobre a aprovação de qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja superior, de forma individual ou agregada, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia;
- (vi) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, bem como definir a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas;
- (vii) definir e alterar a política de endividamento da Companhia;
- (viii) excluídos os membros que possam ter conflito de interesse, aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e (a) qualquer acionista controlador da Companhia (ou seus cônjuges ou companheiros), (b) os administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da Companhia ou de suas controladas, ou (c) as sociedades controladas ou sob controle comum (i) de qualquer dos acionistas controladores da Companhia (ou de seus cônjuges ou companheiros) ou (ii) dos administradores (ou seus cônjuges ou companheiros) da Companhia ou de suas controladas, observados os termos e as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas, deste Estatuto Social e da legislação aplicável;
- (ix) deliberar sobre prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a obrigações de terceiros, exceto quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente; (x) aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Companhia, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho, bem como eleger e destituir seus membros;
- (xi) estabelecer as condições para contratação de quaisquer captações públicas de recursos no mercado de capitais e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;
- (xii) deliberar sobre qualquer alteração material de práticas contábeis da Companhia, com exceção de alterações exigidas pelas leis ou normas aplicáveis;
- (xiii) deliberar sobre a alienação, transferência, licença ou oneração, de qualquer forma, de marca, patente ou desenho industrial detido ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente, com exceção de licenças de marcas para qualquer sociedade controlada pela Companhia, hipótese em que se observará o disposto no Artigo 24.1 (viii), abaixo;
- (xiv) definir e alterar as políticas, regimentos e Código de Conduta da Companhia, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis;
- (xv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

- (xvi) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem a mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; e
- (xvii) manifestar-se quanto à aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária e ao enquadramento de cada candidato como conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

19. O Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação pelos (i) Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos ( “Comitê de Auditoria” ), (ii) Comitê de Finanças, (iii) Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, (iv) Comitê de Sustentabilidade, (v) Comitê de TI e Inovação Digital e (vi) Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, sem prejuízo da instituição de novos comitês.

19.1. Aplicam-se aos membros dos Comitês as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia.

19.2. Cada Comitê terá regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento.

## Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos

20. O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter estatutário e permanente, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

20.1. O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

20.2. As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

21. Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias previstas em seu regimento interno e legislação aplicável:

- (i) Opinar sobre a contratação e destituição da empresa que presta serviços de auditoria independente;
- (ii) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) Acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (vi) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

## DIRETORIA

22. *Composição da Diretoria.* A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 6 (seis) e no máximo 20 (vinte) diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições. A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

23. *Exigências para ser Diretor.* As indicações para a função de diretor da Companhia (incluindo de seu Diretor Presidente) deverão recair sobre pessoas (i) que não tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos na data de sua eleição para a função de diretor (o diretor que completar 65 (sessenta e cinco) anos durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e (ii) de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função para a qual serão indicadas.

23.1. *Ausência ou Impedimento Temporário.* Em caso de vacância, ausência ou impedimento temporários de qualquer diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, (i) substituí-lo e assumir interinamente tais funções; ou (ii) indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função.

23.2. *Falecimento, Incapacidade ou Impedimento Permanente.* Na hipótese de falecimento, incapacidade ou impedimento permanente de um diretor, caberá ao Diretor Presidente, a seu critério, (i) substituí-lo e assumir

interinamente tais funções; ou **(ii)** indicar dentre os demais diretores quem assumirá interinamente tal função. Deverá ser realizada, assim que possível, reunião do Conselho de Administração para eleição de um diretor substituto efetivo, que completará o mandato do diretor substituído.

**24. Cargos da Diretoria.** A composição da Diretoria, compreendendo os cargos de (i) Diretor Presidente, (ii) Diretores Vice-Presidentes e (iii) Diretores, bem como as atribuições dos diretores serão aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração, que designará, dentre eles, aquele que exercerá a função de Diretor de Relações com Investidores.

**24.1. 24.1. Diretor Presidente.** Compete ao Diretor Presidente: **(i)** dirigir, presidir e coordenar as atividades da Companhia, cumprindo e fazendo cumprir a lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; **(ii)** supervisionar e coordenar as atividades dos demais diretores; **(iii)** implantar e garantir a execução das políticas de comercialização e de marketing para a Companhia; **(iv)** implantar e garantir a execução das políticas de gestão financeira e administrativa e da política de recursos humanos da Companhia, respeitadas as políticas definidas pelo Conselho de Administração; **(v)** implantar e garantir a execução das políticas de gestão florestal; **(vi)** implantar e garantir a execução das políticas de gestão industrial; **(vii)** respeitado o disposto no Artigo 25, abaixo, aprovar qualquer operação relevante que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da Companhia que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da Companhia cujo valor seja inferior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da Companhia; **(viii)** aprovar, em conjunto com outro diretor da Companhia: (a) a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais em nome da Companhia quando a beneficiária for sociedade controlada unicamente pela Companhia, direta ou indiretamente; b) a licença de marca detida ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente para qualquer sociedade por ela controlada; e **(ix)** fixar a remuneração de cada um dos demais diretores da Companhia, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, o valor destacado desta remuneração global anual pelo Conselho de Administração em benefício de seus membros e do Diretor Presidente e a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia e de suas controladas aprovada pelo Conselho de Administração. **24.2. Diretores Vice-Presidentes e demais Diretores.** Compete aos Diretores Vice-Presidentes e aos demais Diretores: (i) garantir a execução da estratégia e de todas as atribuições de suas áreas de competência; (ii) as atribuições que lhes sejam conferidas pelas normas da Companhia; e (iii) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

**24.3. Diretor de Relações com Investidores.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de valores mobiliários em que os valores mobiliários de emissão da Companhia forem admitidos à negociação; (ii) as atribuições que lhe sejam previstas pela regulamentação da CVM e/ou B3; (iii) as atribuições que lhe sejam previstas nas normas internas da Companhia; e (iv) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

**24.4. Deliberações da Diretoria.** As deliberações da Diretoria serão tomadas em reuniões convocadas pelo Diretor Presidente, realizadas ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, na forma a ser regulada em seu regimento interno, com a presença da maioria absoluta de seus membros em exercício, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate, aplicando-se o disposto no Artigo 15.2, acima.

## **Representação da Companhia**

**25. Representação da Companhia.** A Companhia é representada ativa e passivamente **(i)** por 2 (dois) diretores em conjunto; **(ii)** por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou **(iii)** por 2 (dois) procuradores com poderes específicos. Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou do Diretor Presidente somente poderão ser praticados quando preenchida tal condição.

**25.1. Exceções para Atos Específicos.** Sem prejuízo do disposto no Artigo 25 acima, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, agindo isoladamente: **(i)** em atos perante os órgãos da administração pública, direta e indireta, federais, estaduais e municipais, inclusive repartições administrativas, autarquias, secretarias e suas delegacias e inspetorias, agências e postos fiscais, empresas públicas de economia mistas, bancos e demais instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas carteiras e departamentos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estradas de ferro, Infraero e empresas de transporte aéreo e empresas de telefonia e comunicações que não impliquem criação de obrigações ou renúncia a direitos; **(ii)** na quitação por pagamentos feitos à Companhia em cheque a favor desta; **(iii)** na nomeação de preposto na Justiça, inclusive

na Justiça do Trabalho; **(iv)** na emissão de duplicatas, de endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia e do endosso a instituições financeiras de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, e depósito do produto na conta da Companhia e **(v)** em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe.

**25.2. Constituição de Procuradores.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: **(i)** todas as procurações serão outorgadas por 2 (dois) diretores; **(ii)** as procurações deverão estabelecer expressamente os poderes por elas conferidos e se o mandato deve ser exercido em conjunto com 1 (um) diretor ou outro procurador da Companhia, ou isoladamente, nos casos previstos no Artigo 25.1 acima; **(iii)** para os atos que dependam de prévia autorização da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou do Diretor Presidente, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; e **(iv)** não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, ressalvado no que se refere às procurações outorgadas a advogados, com finalidade “ad judicium” ou para a defesa em procedimentos administrativos, que poderão ter prazo indeterminado de duração.

**25.3.** A assinatura de documentos em nome da Companhia poderá ocorrer de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

## CAPÍTULO V

### CONSELHO FISCAL

**26. Conselho Fiscal.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação aplicável.

**26.1. Investidura.** Os conselheiros fiscais, efetivos e suplentes, serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura de termos de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 32, bem como dos demais termos previstos nas normas internas da Companhia.

**26.2. Mandato.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

**26.3. Presidência e quóruns:** O Conselho Fiscal terá 1 (um) Presidente, escolhido entre os seus pares, e reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.

**26.4.** Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da ICP-Brasil, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

**26.5. Remuneração.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

## CAPÍTULO VI

### EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

**27. Exercício Social.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**28. Destinação do Lucro Líquido.** Juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos Artigos 186 e 191 a 199 da Lei das S.A. e as disposições seguintes:

- (a)** antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b)** será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no Artigo 29; e

- (c) saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas de que trata o Artigo 30, "ad referendum" da Assembleia Geral.

**29. Dividendo Obrigatório.** Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

**29.1. Balanços e Distribuição de Dividendos Intercalares e Intermediários.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, podendo o Conselho de Administração deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em tais balanços a título de dividendos intercalares. O Conselho de Administração poderá também distribuir dividendos intermediários, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou da Reserva para Equalização de Dividendos, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo Artigo 204 da Lei das S.A. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente à conta da Reserva para Equalização de Dividendos será creditada à mesma reserva.

**29.2. Juros sobre Capital Próprio.** Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no Artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

**30. Reservas Estatutárias.** Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço do Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

**30.1. Reserva para Equalização de Dividendos.** A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- (a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;
- (b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;
- (c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e
- (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1).

**30.2. Reserva para Reforço do Capital de Giro.** A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

**30.3. Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.** A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

**30.4. Capitalização das Reservas Estatutárias.** Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

**30.5. Subcontas.** As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas.

## CAPÍTULO VII

### ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

**31. Oferta Pública e Alienação de Controle.** A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por

objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## **CAPÍTULO VIII**

### **JUÍZO ARBITRAL**

**32. Arbitragem.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

**32.1.** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de iniciar o procedimento de arbitragem, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## **CAPÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**33. Atos Nulos praticados por Conselheiros ou Diretores.** É expressamente vedado ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia praticar qualquer ato envolvendo a Companhia que seja estranho ao seu objeto social, sendo tal ato considerado nulo de pleno direito. A prática de tais atos sujeitará ao conselheiro de administração, conselheiro fiscal, diretor, procurador ou empregado da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável.

**34. Acordo de Acionistas.** A Companhia, seus conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores observarão os acordos de acionistas arquivados em sua sede social, sendo que **(i)** os integrantes da mesa da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, em especial seus presidentes, devem abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos, bem como permitir que, em caso de ausência ou abstenção do acionista vinculado a acordo de acionistas ou de seu representante no Conselho de Administração, o acionista prejudicado por tal conduta, ou seus representantes no Conselho de Administração, possam votar com as ações do acionista ou no lugar do conselheiro ausente ou omissos, conforme o caso; e **(ii)** é expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder qualquer transferência de ações, oneração ou cessão de direito de preferência à subscrição de ações ou de outros valores mobiliários que não respeite o previsto neste Estatuto Social e em acordo de acionistas.

**35. Casos Omissos.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados pela Lei das S.A., observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

## **- Anexo 5 - Modelos de Procuração**

## MODELO “A” DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração, [NOME DO ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº [●]/[ÓRGÃO EMISSOR], CPF [●], com endereço na [ENDEREÇO COMPLETO], nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. [NOME DO PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº [●]/[ÓRGÃO EMISSOR], CPF [●], com endereço na [ENDEREÇO COMPLETO], com poderes específicos para representá-lo(a), na qualidade de acionista da Dexco S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 23 de junho de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital (“Assembleia”).

O(A) procurador(a) participará da Assembleia como mandatário(a) do(a) outorgante, exercendo o direito de voto que lhe cabe como titular de ações ordinárias de emissão da Companhia, com poderes para apresentar propostas, examinar, discutir e votar as matérias que serão submetidas à deliberação da referida Assembleia, inclusive, mas não se limitando ao exercício do direito de voto em candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia. Referido(a) procurador(a) poderá ainda assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

[Cidade], [==] de [=====] de 2023.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do(a) ACIONISTA]  
(dispensado o reconhecimento de firma)

### ORIENTAÇÃO DE VOTO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

2. Eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, até a posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. O candidato indicado na proposta da administração é o Sr. Marcos Campos Bicudo.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

3. Deliberar sobre a independência do candidato para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração. O candidato indicado na proposta da administração é o Sr. Marcos Campos Bicudo.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

4. Alterar o artigo 5º, do Estatuto Social, para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

5. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e nesta Assembleia.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

---

## MODELO “B” DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração, [NOME DO ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº [•]/[ÓRGÃO EMISSOR], CPF [•], com endereço na [ENDEREÇO COMPLETO], nomeia e constitui sua bastante procuradora Sra. Ana Luísa Cruz Barella, brasileira, solteira, advogada, RG nº 35.719.853-0 SSP/SP, CPF nº 359.865208-90, inscrita na OAB/SP nº 425.572, com endereço na Avenida Paulista, nº 1938, Piso Terraço, Bela Vista, Município de São Paulo, Cidade de São Paulo – CEP: 01310-942, com poderes específicos para representá-lo(a), na qualidade de acionista da Dexco S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 23 de junho de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital (“Assembleia”).

A procuradora participará da Assembleia como mandatária do(a) outorgante, exercendo o direito de voto que lhe cabe como titular de ações ordinárias de emissão da Companhia, com poderes para apresentar propostas, examinar, discutir e votar as matérias que serão submetidas à deliberação da referida Assembleia, inclusive, mas não se limitando ao exercício do direito de voto em candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia. Referida procuradora poderá ainda assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

[Cidade], [==] de [=====] de 2023.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do(a) ACIONISTA]  
(dispensado o reconhecimento de firma)

### ORIENTAÇÃO DE VOTO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que o Conselho de Administração eleito para o mandato em curso passará a ser composto por 9 (nove) membros efetivos.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

2. Eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, para cumprir mandato unificado com os demais conselheiros da Companhia, até a posse dos conselheiros que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. O candidato indicado na proposta da administração é o Sr. Marcos Campos Bicudo.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

3. Deliberar sobre a independência do candidato para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração. O candidato indicado na proposta da administração é o Sr. Marcos Campos Bicudo.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

4. Alterar o artigo 5º, do Estatuto Social, para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2023.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

5. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na AGOE de 27.04.2023 e nesta Assembleia.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

---